

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

São Paulo, 10 de outubro de 2011

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	371.485	244.274	Circulante	195.043	160.350
Disponibilidades	686	2.032	Depósitos	88.777	107.939
Aplicações interfinanceiras de liquidez	64.250	61.278	Depósitos à vista	330	1.718
Aplicações no mercado aberto	15.998	30.003	Depósitos interfinanceiros	-	1.006
Aplicações em depósitos interfinanceiros	48.252	31.275	Depósitos a prazo	88.447	105.215
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	168.057	44.660	Captações no mercado aberto	11.501	-
Carteira própria	19.219	25.536	Carteira própria	5.502	-
Vinculados a compromissos de recompra	5.520	-	Carteira de terceiros	5.999	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.777	4.935	Relações interfinanceiras	235	75
Vinculados ao Banco Central	12.037	12.949	Pagamentos e recebimentos a liquidar	235	75
Vinculados à prestação de garantias	125.504	1.240	Relações interdependências	83	101
Relações interfinanceiras	803	976	Recursos em trânsito de terceiros	83	101
Pagamentos e recebimentos a liquidar	51	419	Obrigações por empréstimo	234	-
Depósitos no Banco Central	13	24	Empréstimo no exterior	234	-
Correspondentes	739	533	Instrumentos financeiros derivativos	13.730	5.110
Operações de crédito	100.995	106.507	Instrumentos financeiros derivativos	13.730	5.110
Setor privado	105.671	109.937	Outras obrigações	80.483	47.125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.676)	(3.430)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	323	233
Outros créditos	27.341	19.925	Obrigações fiscais e previdenciárias	20.159	10.781
Renda a receber	-	209	Negociação e intermediação de valores	16.512	7.633
Diversos	27.341	19.716	Diversas	43.489	28.478
Outros valores e bens	9.353	8.896	Exigível a longo prazo	308.408	158.095
Outros valores e bens	2.796	1.189	Depósitos	291.236	158.095
Despesas antecipadas	6.557	7.707	Depósitos a prazo	291.236	158.095
Realizável a longo prazo	209.176	148.065	Obrigações por empréstimo	17.172	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.908	9.278	Empréstimo no exterior	17.172	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	35.908	9.278	Patrimônio líquido	79.857	76.226
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	32.602	5.985	Capital social	70.500	55.001
Carteira própria	32.602	-	De domiciliados no país	70.500	55.001
Vinculados ao Banco Central	-	5.985	Reservas de lucros	9.357	15.448
Operações de crédito	107.439	104.362	Lucros acumulados	-	5.777
Setor privado	112.414	107.723			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.975)	(3.361)			
Outros créditos	19.790	15.254			
Renda a receber	-	266			
Diversos	19.790	14.988			
Outros valores e bens	13.437	13.186			
Despesas antecipadas	13.437	13.186			
Permanente	2.647	2.332			
Investimentos	161	161			
Outros investimentos	161	161			
Imobilizado de uso	1.892	1.470			
Outras imobilizações de uso	4.387	2.686			
Depreciações acumuladas	(2.495)	(1.216)			
Diferido	135	343			
Gastos de organização e expansão	1.123	1.238			
Amortização acumulada	(988)	(895)			
Intangível	459	358			
Outros ativos intangíveis	646	410			
Amortização acumulada	(187)	(52)			
Total do ativo	583.308	394.671	Total do passivo	583.308	394.671

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ação)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas da intermediação financeira	75.246	56.819
Operações de crédito	62.701	51.697
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.016	3.976
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.529	1.146
Despesas da intermediação financeira	(47.482)	(19.994)
Operações de captação no mercado	(23.990)	(13.882)
Operações de empréstimos e repasses	(1.290)	(30)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.202)	(6.082)
Resultado bruto da intermediação financeira	27.764	36.825
Outras receitas (despesas) operacionais	(47.468)	(26.447)
Receitas de prestação de serviços	15.425	10.751
Despesas de pessoal	(5.143)	(4.390)
Serviços de terceiros	(42.003)	(20.480)
Outras despesas administrativas	(14.588)	(9.233)
Despesas tributárias	(4.490)	(3.254)
Outras receitas operacionais	6.793	1.493
Outras despesas operacionais	(3.462)	(1.334)
Resultado operacional	(19.704)	10.378
Resultado não operacional	(1.402)	(237)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(21.106)	10.141
Imposto de renda e contribuição social	8.120	(4.060)
Provisão para imposto de renda	(1.362)	(837)
Provisão para contribuição social	(817)	(510)
Ativo fiscal diferido	10.299	(2.713)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	<u>(12.986)</u>	<u>6.081</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social - R\$	<u>(6,65)</u>	<u>3,84</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

	Capital social realizado	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	37.001	18.000	758	14.386	-	70.145
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.081	6.081
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	304	-	(304)	-
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>37.001</u>	<u>18.000</u>	<u>1.062</u>	<u>14.386</u>	<u>5.777</u>	<u>76.226</u>
Mutações do semestre	-	-	304	-	5.777	6.081
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.001	3.499	1.323	21.020	-	80.843
Aumento de capital conforme AGE de 28 de junho de 2011	-	12.000	-	-	-	12.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(12.986)	(12.986)
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	-	-	-	(12.986)	12.986	-
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>55.001</u>	<u>15.499</u>	<u>1.323</u>	<u>8.034</u>	<u>-</u>	<u>79.857</u>
Mutações do semestre	-	12.000	-	(12.986)	-	(986)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(12.986)	6.081
Ajustes ao lucro líquido:		
Resultado líquido com marcação a mercado	(2.377)	(975)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.202	6.082
Realização (constituição) de impostos diferidos	(8.119)	3.323
Constituição de provisão para perdas com bens não de uso próprio	810	4
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	597	416
Depreciações e amortizações	965	309
Variações monetárias ativas	(462)	(309)
Variações monetárias passivas	65	278
Provisão para contingências	917	641
Variações de ativos e obrigações		
(Aumento) redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.490)	(13.439)
Aumento de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(94.579)	(17.429)
Aumento de relações interfinanceiras	(772)	(955)
Aumento de operações de crédito	(67.905)	(12.929)
(Aumento) redução de outros créditos	6.169	(3.028)
Aumento de outros valores e bens	(6.446)	(7.812)
Aumento (redução) de outras obrigações	<u>8.915</u>	<u>3.390</u>
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(157.496)	(36.352)
Atividades de investimento		
Alienação de bens não de uso próprio	1.014	593
Aquisição de bens não de uso próprio	(3.499)	(1.051)
Aquisição de imobilizado de uso	(302)	(344)
Aplicações no intangível	<u>(65)</u>	<u>(24)</u>
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(2.852)	(826)
Atividades de financiamento		
Aumento em depósitos	48.996	25.919
Aumento em captações no mercado aberto	11.501	-
Aumento em relações interfinanceiras	235	75
Aumento (redução) em relações interdependências	1	80
Aumento em obrigações por empréstimos	17.986	-
Aumento (redução) de instrumentos financeiros derivativos	5.994	(1.392)
Aumento de capital	<u>12.000</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente de atividades de investimentos	96.713	24.682
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(63.635)</u>	<u>(12.496)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	74.320	45.547
No fim do semestre	<u>10.685</u>	<u>33.051</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(63.635)</u>	<u>(12.496)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco Ficsa S.A. está organizado sob a forma de banco múltiplo, operando com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. As atividades do Banco estão voltadas principalmente para operações de crédito direto ao consumidor.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a Lei de Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável. Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos às variações monetárias ou cambiais são atualizados até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários - livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: • Títulos para negociação - adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Em 30 de junho de 2011 e 2010, não existiam títulos classificados como disponíveis para venda. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil (BACEN), os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) são classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades de exposição global de riscos. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge econômico). **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (sem risco) e H (risco máximo), incluindo a prerrogativa de que trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da referida Resolução. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em conta as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito e é considerada suficiente pela administração para cobrir as perdas decorrentes de inadimplências da carteira de operações de crédito como um todo. **f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas "pro rata" dia e provisão para perdas, quando julgado necessário. **g) Despesas antecipadas:** As despesas pagas antecipadamente relativas aos serviços de assessoria de crédito, cadastro, inspeção e vistoria, bem como de colocação de títulos de captação e câmbio, estão sendo apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos. **h) Investimentos:** Os investimentos estão avaliados ao custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **i) Ativo imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações - 10%, móveis e utensílios - 10%, equipamentos de comunicação - 10%

e equipamentos de processamento de dados - 20% ao ano. **j) Ativo diferido:** É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada, e está representado, principalmente, por gastos com desenvolvimentos logiciais. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. Os valores que compõem o ativo diferido foram registrados com base em disposições normativas anteriores a Resolução nº 3.617 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 30 de setembro de 2008 e serão mantidos nesta rubrica até a sua efetiva baixa, conforme dispõe essa Resolução. **k) Ativo intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos por softwares, registrados ao custo, deduzido de amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano). **l) Depósitos interfinanceiros e a prazo:** Os depósitos interfinanceiros e a prazo estão registrados pelos seus valores contratuais acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. **m) Obrigações por contrato de empréstimo de ações e empréstimo de ouro:** As obrigações por contrato de empréstimo de ações e empréstimo de ouro estão registradas na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores", no passivo circulante, pelos valores pactuados, e são ajustados mensalmente de acordo com o valor de mercado das ações e ouro objeto da operação, acrescido de encargos contratuais. **n) Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **o) Passivos circulantes e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) descritos abaixo: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. • Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - considera as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2011	2010
Disponibilidades	686	2.032
Aplicações interfinan. de liquidez (operações compromissadas)	9.999	30.003
Títulos e valores mobiliários - livres	-	1.016
Total	10.685	33.051

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez: A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é assim representada:

	2011	2010
Aplicações em operações compromissadas		
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.999	28.003
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	2.000
Posição financiada:	5.999	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.999	-
Total de aplicações em operações compromissadas	15.998	30.003
Aplicações em depósitos interfinanceiros	84.160	40.553
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	100.158	70.556
Parcela a curto prazo	64.250	61.278
Parcela a longo prazo	35.908	9.278

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Em 30 de junho de 2011 e 2010, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

regulamentação vigente, está assim composta:

	2011				2010		
	Valor de mercado	Valor contábil	Parcela a curto prazo	Parcela a longo prazo	Valor contábil	Parcela a curto prazo	Parcela a longo prazo
Carteira própria							
Cotas de Fundos de Investimento	13.973	13.973	13.973	-	5.203	5.203	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	25.956	25.956	-	25.956	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.818	10.818	4.172	6.646	7.991	7.991	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	9.883	9.883	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	1.016	1.016	-
Ouro (Nota 6.b)	1.074	1.074	1.074	-	1.443	1.443	-
	<u>51.821</u>	<u>51.821</u>	<u>19.219</u>	<u>32.602</u>	<u>25.536</u>	<u>25.536</u>	<u>-</u>
Vinculados a operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.520	5.520	5.520	-	-	-	-
	<u>5.520</u>	<u>5.520</u>	<u>5.520</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Instrumentos financeiros derivativos							
Contrato de Swap-diferença a receber	2	2	2	-	15	15	-
Compras a Termo a Receber	4.678	4.678	4.678	-	4.920	4.920	-
Contratos de opções com ouro (BOX)	1.097	1.097	1.097	-	-	-	-
	<u>5.777</u>	<u>5.777</u>	<u>5.777</u>	<u>-</u>	<u>4.935</u>	<u>4.935</u>	<u>-</u>
Vinculados ao Banco Central							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.037	12.037	12.037	-	18.934	12.949	5.985
	<u>12.037</u>	<u>12.037</u>	<u>12.037</u>	<u>-</u>	<u>18.934</u>	<u>12.949</u>	<u>5.985</u>
Vinculados a prestação de garantias							
Ações de Cias. Abertas (Nota 6.b)	1.659	1.659	1.659	-	1.240	1.240	-
Ouro (Nota 6.b)	9.663	9.663	9.663	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	114.182	114.182	114.182	-	-	-	-
	<u>125.504</u>	<u>125.504</u>	<u>125.504</u>	<u>-</u>	<u>1.240</u>	<u>1.240</u>	<u>-</u>
Total	<u>200.659</u>	<u>200.659</u>	<u>168.057</u>	<u>32.602</u>	<u>50.645</u>	<u>44.660</u>	<u>5.985</u>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. No caso das aplicações em fundos de investimento de acordo com o valor da cota dos fundos divulgadas pelos administradores. **6.a Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC's:** As cotas de fundos em direitos creditórios (FIDC's) referem-se a cotas subordinadas de fundos lançados pela Instituição para os quais foram realizadas cessões de crédito. As cotas correspondentes são avaliadas com base no valor das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos na data do balanço. Em 30 de junho de 2011 os saldos das cotas subordinadas de fundos de investimento em direitos creditórios lançados pela Instituição podem ser assim sumariados:

Descrição	Valor contábil	Valor de mercado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Veículos	11.083	11.083
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BRZ Ficsa Autos	14.873	14.873
	<u>25.956</u>	<u>25.956</u>

No quadro abaixo apresentamos os fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC's lançados pela Instituição para os quais as cotas subordinadas estão registradas em 30 de junho de 2011:

Denominação	Administrador	Data de constituição	Tipo de cessão	Prazo de duração	Características de emissão	Integralização
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Veículos	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	08 de outubro de 2010	Financiamentos de motocicletas e veículos leves	Indeterminado	1ª série emitiu 100.000 cotas com valor unitário de R\$ 1.000, distribuídas em 70.000 cotas seniores, 15.000 cotas mezanino e 15.000 cotas subordinadas.	Em 30 de junho de 2011 encontram-se integralizadas 35.000 cotas seniores, 7.500 cotas mezanino e 10.615 cotas subordinadas
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BRZ Ficsa Autos	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	13 de dezembro de 2010	Financiamentos de motocicletas e veículos leves	Indeterminado	1ª série emitiu 100.000 cotas com valor unitário de R\$ 1.000, distribuídas em 77.000 cotas seniores, e 23.000 cotas subordinadas	Em 30 de junho de 2011 encontram-se integralizadas 45.000 cotas seniores e 13.919 cotas subordinadas

6.b A composição do saldo registrado no ativo, na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" é a seguinte:
Operação de swap:

Operação ativa	Valor	Valor de custo	Valor de mercado		Diferença a receber	
	referencial	Banco	Contraparte	Banco		
Pré x CDI - 30/06/11	4.901	1.202	(1.202)	1.322	(1.320)	2
Pré x CDI - 30/06/10	4.901	2.785	(2.785)	3.212	(3.197)	15

Operações a termo: Com objetivo de mitigar exposição decorrente de flutuações de mercado das ações objeto do empréstimo de ações registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" (Nota 16), no passivo circulante, o Banco efetuou operação de compra de ações a termo de ações da mesma espécie, classe e emissor daquelas emprestadas, em quantidades correspondentes aos ativos vendidos no mercado à vista. O resumo dos contratos e respectivos vencimentos em 30 de junho de 2011 e 2010 são os seguintes:

Contrato	2011			2010		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
Vencimento	Valor	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Despesas apropriadas	Valor contábil
08/08/11	5.242	4.678	4.678	(4.678)	(94)	(4.772)
05/07/10	4.712	3.897	3.897	(3.897)	(151)	(4.048)
07/07/10	1.372	1.023	1.023	(1.023)	(39)	(1.062)
	<u>6.084</u>	<u>4.920</u>	<u>4.920</u>	<u>(4.920)</u>	<u>(190)</u>	<u>(5.110)</u>

Os contratos de derivativos encontram-se registrados na BM&FBovespa e na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. Encontram-se depositados a título de garantia de exigência de margem na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, títulos de renda variável no montante de R\$ 1.659 (R\$ 1.240 em 2010).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

Contratos de opções com ouro (BOX):

	Ativo		Passivo	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Contratos de opções com ouro (Box)	1.097	1.097	(8.958)	(8.958)
Encontram-se depositados a título de garantia de exigência de margem na BM&FBOVESPA o montante de R\$ 10.737 (R\$ 9.663 em ouro e R\$ 1.074 em Letras Financeiras do Tesouro - LFT) para uma margem requerida de R\$ 8.029 em 30 de junho de 2011. Os contratos de derivativos encontram-se registrados na BM&FBOVESPA e na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.				
Contratos de futuros: Com objetivo de mitigar a exposição da variação cambial atrelada a captação de recursos externos conforme mencionado na nota explicativa nº 13, foi negociado junto a BM&FBOVESPA 250 contratos de dólar com vencimento em 1 de julho de 2011, que em 30 de junho de 2011 são demonstrados como segue:				
	30/06/11			
Valor dos contratos	19.514			
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores - ajuste a pagar (nota 16c)	137			
Perdas líquidas registradas no período (a)	861			

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias de venda apuradas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) divulgadas através do Sisbacen, transação PTAX800. (a) Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados conforme requerido pela Circular nº 3.082 do Banco Central do Brasil de 30 de janeiro de 2002. O valor dos ajustes diários são registrados em adequada conta de ativo ou passivo, e apropriados ao resultado como receitas ou despesas por ocasião dos balancetes mensais. **6.c Vinculados ao Banco Central do Brasil:** Em 30 de junho de 2011 encontram-se depositadas no Banco Central do Brasil (BACEN), Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 12.037 relativos ao aumento de capital no valor de R\$ 12.000, determinado pela AGE de 28 de junho de 2011 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 1 de agosto de 2011 (R\$ 18.934 em 2010 relativos ao aumento de capital, determinado pela AGE de 28 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 18.000 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 6 de dezembro de 2010). **6.d Vinculados a prestação de garantias - Letras Financeiras do Tesouro (LFT):** Em 30 de junho de 2011 o montante de R\$ 113.108 refere-se a garantias dadas em operações de cessões de crédito mediante instrumentos de cessão fiduciária de títulos. Em 30 de junho de 2011 e 2010, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, classificada de acordo com a intenção de negociação por parte da administração de acordo com a legislação, estava assim composta:

	2011					2010
	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento			Valor contábil
			Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	
Títulos para negociação						
Cotas de Fundos de Investimentos	13.973	13.973	141	2.928	10.904	5.203
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	135.911	135.911	-	-	135.911	20.940
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	9.883
Títulos de Renda Variável	12.396	12.396	12.396	-	-	2.683
	162.280	162.280	12.537	2.928	146.815	38.709
Títulos mantidos até o vencimento						
Cotas de Fundos de Investimentos em direitos creditórios	25.956	25.956	-	-	25.956	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.646	6.646	-	-	6.646	5.985
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	-	-	1.016
	32.602	32.602	-	-	32.602	7.001
Instrumentos financeiros derivativos						
Contrato de Swap - Diferença a receber	2	2	-	2	-	15
Compras a termo a receber	4.678	4.678	-	4.678	-	4.920
Contratos de opções com ouro (BOX)	1.097	1.097	-	1.097	-	-
	5.777	5.777	-	5.777	-	4.935
	200.659	200.659	12.537	8.705	179.417	50.645

7. Operações de crédito: Representadas por empréstimos (crédito direto ao consumidor) e financiamentos ao setor privado, cujas garantias são fidejussórias e alienação fiduciária, atualizadas em conformidade com as condições contratuais (prefixadas) estando as parcelas vencíveis após os doze meses subsequentes ao balanço, classificadas no ativo realizável a longo prazo.

a) Diversificação por produto:

	2011	2010
Setor privado:		
Financiamentos	274.278	248.790
Crédito direto ao consumidor	353.299	248.540
Conta garantida	10.779	9.183
Títulos descontados	24	-
Capital de giro	2.102	2.246
Cessão de operações de crédito com coobrigação	(422.397)	(291.099)
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	218.085	217.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.651)	(6.791)
Total	208.434	210.869
Parcela a curto prazo	100.995	106.507
Parcela a longo prazo	107.439	104.362

Nos primeiros semestres de 2011 e 2010, foram realizadas cessões e recompras de operações de crédito, classificadas de acordo com a Circular nº 3.213/03 do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme segue: • **Banco Ficsa S.A. cedente:** • Cessões de crédito com coobrigação, com instituições financeiras não ligadas, no montante de R\$ 79.870 (R\$ 152.521 em 2010), resultando em ganho líquido de R\$ 15.411 (R\$ 21.221 em 2010). • Cessões de crédito com coobrigação, com fundos de investimentos não ligados, no montante de R\$ 10.857 (R\$ 1.506 em 2010), resultando em ganho líquido de R\$ 2.460 (R\$ 282 em 2010). • Cessões de crédito sem coobrigação, com fundo de investimento, não ligado não integrante do sistema financeiro nacional, no montante de R\$ 8.372 (R\$ 14.872 em 2010). • Cessões de crédito sem coobrigação, com empresa não integrante do sistema financeiro nacional, não ligada, no montante de R\$ 7.027 (R\$ 14.955 em 2010),

resultando em ganho líquido de R\$ 1.584 (perda de R\$ 2.467 em 2010) e reversão de provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 5.322 (R\$ 5.362 em 2010). • Cessões de crédito sem coobrigação, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ficsa Veículos, no montante de R\$ 13.917, resultando em perda de R\$ 387. • Cessões de crédito sem coobrigação, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BRZ Ficsa Autos, no montante de R\$ 52.916, resultando em ganho de R\$ 3.494. • Recompra de créditos cedidos com coobrigação de instituições financeiras não ligadas no montante de R\$ 2.380 (R\$ 9.596 em 2010), resultando em reversão de ganho de R\$ 259 (R\$ 1.711 em 2010). • Recompra de créditos cedidos sem coobrigação de instituição financeira não ligada no montante de R\$ 5.121, resultando em reversão de ganho de R\$ 126. • Recompra de créditos cedidos sem coobrigação de empresa não integrante do sistema financeiro nacional, não ligada no montante de R\$ 1.061, resultando em ganho de R\$ 629. • **Banco Ficsa S.A. cessionário:** • Aquisição de créditos com coobrigação com instituição financeira não ligada no montante de R\$ 4.047 em 2010. Em 30 de junho de 2011 e 2010 o saldo total de operações de crédito cedidas com coobrigação a valor presente pela taxa de cessão, registradas em conta de compensação, totaliza R\$ 507.561 (R\$ 343.152 em 2010). Mediante instrumento de cessão fiduciária em garantia, parte da carteira de operações de financiamentos de veículos e créditos consignados estão garantindo:

	2011		2010	
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro
Captação de recursos através de depósitos a prazo				
FGC-Fundo Garantidor de Créditos - Nota explicativa nº 12	50.019	90.943	28.984	31.600
Outros	1.951	3.569	2.562	3.097
Captação de recursos através de cessões de crédito				
Garantia adicional	3.699	6.438	3.598	3.878
	55.669	100.950	35.144	38.575

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

b) Diversificação por atividade:

	2011	2010
Setor privado:		
Serviços	12.978	11.444
Comércio	24	70
Pessoas físicas	205.083	206.146
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	218.085	217.660

c) Diversificação por prazo:

	2011	2010
Setor privado:		
Vencidas até 60 dias	8.036	6.661
Vencidas de 61 a 180 dias	3.902	2.202
Vencidas de 181 a 360 dias	1.268	535
A vencer até 180 dias	55.496	59.861
A vencer entre 181 e 360 dias	36.969	40.678
	105.671	109.937
A vencer após 360 dias	112.414	107.723
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	218.085	217.660

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2011	2010
Saldos no início dos semestres	4.365	7.846
Baixas para prejuízo	(12.835)	(6.452)
Reversão por cessões de crédito	(5.322)	(5.362)
Provisão constituída	23.443	10.759
Saldos no fim dos semestres	9.651	6.791
Créditos recuperados no período	678	802

No semestre findo em 30 de junho de 2011, foi registrado o valor de R\$ 4.081 (R\$ 685 em 2010) relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as parcelas vincendas dos créditos cedidos com coobrigação, cuja provisão no montante de R\$ 9.226 (R\$ 10.142 em 2010) é classificada no passivo do Banco na rubrica "outras obrigações - diversas" (Nota 17). Os lançamentos contra esta provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as parcelas vincendas dos créditos cedidos são feitos na mesma conta de resultado relativo à contrapartida da provisão para créditos de liquidação duvidosa contabilizada no ativo. A composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco é a seguinte:

Níveis de risco	Percentual de provisão	Valor da carteira		Provisões	
		2011	2010	2011	2010
A	0,5%	187.950	187.807	940	939
B	1,0%	7.969	10.014	80	100
C	3,0%	6.116	8.035	183	241
D	10,0%	3.940	4.233	394	423
E	30,0%	3.200	2.299	960	690
F	50,0%	2.810	1.323	1.405	661
G	70,0%	1.370	707	959	495
H	100,0%	4.730	3.242	4.730	3.242
		218.085	217.660	9.651	6.791

9. Outros créditos - diversos:

	2011	2010
Créditos tributários de impostos e contribuições	24.365	15.314
Devedores por depósitos em garantia	9.740	8.857
Pagamentos a ressarcir	3.334	3.284
Contas a receber por ressarcimento de despesas do acionista anterior	1.948	2.799
Devedores diversos no país	2.233	3.332
Impostos e contribuições a compensar	810	50
Adiantamentos a fornecedores	4.396	807
Outros	305	261
Total	47.131	34.704
Parcela a curto prazo	27.341	19.716
Parcela a longo prazo	19.790	14.988

9.1 Créditos tributários de impostos e contribuições: Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), o incremento, a reversão ou a manutenção dos créditos tributários é avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social, bem como da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, em montante que justifique os valores registrados. No semestre findo em 30 de junho de 2011, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	31/12/10	Constituição	Realização	30/06/11
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Imposto de renda	7.116	7.742	(2.005)	12.853
Contribuição social	4.580	4.645	(1.203)	8.022
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	796	879	(287)	1.388
Crédito tributário sobre base negativa da contribuição social	1.574	528	-	2.102
	14.066	13.794	(3.495)	24.365
Provisão fiscal sobre diferenças temporárias				
Imposto de renda (Nota 15)	(661)	(3.707)	2.345	(2.023)
Contribuição social (Nota 15)	(397)	(2.224)	1.407	(1.214)
	(1.058)	(5.931)	3.752	(3.237)

O estudo técnico de realização dos créditos tributários considera, dentre outros fatores, o atual nível de capitalização do Banco, o atual cenário econômico, as expectativas futuras de taxas de juros, a expansão das operações de crédito, as parcerias operacionais firmadas e em curso. Apesar de encontrar-se em revisão a projeção de realização dos créditos tributários (Nota 28), a administração do Banco considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2011 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Período de realização	Imposto de renda		Contribuição social	
	Valor contábil	Valor presente	Valor contábil	Valor presente
Realização de 01/07.2011 a 30/06/2012	1.657	1.551	994	931
Realização de 01/07/2012 a 30/06/2013	1.863	1.517	1.118	910
Realização de 01/07/2013 a 30/06/2014	2.337	1.672	1.402	1.003
Realização de 01/07/2014 a 30/06/2015	2.560	1.610	1.536	966
Realização de 01/07/2015 a 30/06/2016	4.436	2.305	2.972	1.545
	12.853	8.655	8.022	5.355
	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Valor contábil	Valor presente	Valor contábil	Valor presente
Realização de 01/07/2011 a 30/06/2012	1.388	1.344	2.102	1.978
	1.388	1.344	2.102	1.978

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de captação do Banco. Em 30 de junho de 2011 e 2010 o Banco não possuía créditos tributários não registrados. **9.2 Devedores por depósitos em garantia:**

	2011	2010
Para interposição de recursos fiscais (a)	8.783	8.145
Para interposição de recursos trabalhistas	27	27
Outros	930	685
	9.740	8.857
Parcela a curto prazo	8.783	8.145
Parcela a longo prazo	957	712

(a) Valor correspondente a depósito judicial que visava a suspensão da exigibilidade do IRPJ e CSLL. Com a liquidação dos processos relacionados ao IRPJ e CSLL decorrente da adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, os depósitos judiciais encontram-se em processo de levantamento junto a Justiça Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

9.3 Pagamentos a ressarcir:

	2011	2010
Programa de Integração Social - PIS	371	447
Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL	2.686	2.573
Adicional de Imposto de Renda Estadual - AIRE	277	264
	<u>3.334</u>	<u>3.284</u>
Parcela a curto prazo	2.809	99
Parcela a longo prazo	525	3.185

10. Despesas antecipadas:

	2011	2010
Comissão de crédito antecipada	10.560	11.830
Verificação de bens antecipada	4.723	8.217
Comissão sobre colocação de títulos	3.805	364
Outras despesas antecipadas	906	482
Total	<u>19.994</u>	<u>20.893</u>
Parcela a curto prazo	6.557	7.707
Parcela a longo prazo	13.437	13.186

11. Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes. O Banco pleiteia em juízo a restituição de valores pagos a maior decorrentes da Cofins, para os recolhimentos efetuados com base na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, cuja constitucionalidade da base de cálculo está sendo questionada.

12. Depósitos: Composição por vencimento:

	2011		2010		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo
Sem vencimento	330	-	1.718	-	-
Até 30 dias	-	5.465	-	1.006	24.282
De 31 a 60 dias	-	6.884	-	-	4.930
De 61 a 90 dias	-	6.810	-	-	6.278
De 91 a 180 dias	-	16.688	-	-	12.934
De 181 a 365 dias	-	52.600	-	-	56.791
Até 365 dias	330	88.447	1.718	1.006	105.215
Acima de 365 dias	-	291.236	-	-	158.095
Total	<u>330</u>	<u>379.683</u>	<u>1.718</u>	<u>1.006</u>	<u>263.310</u>

O Banco Ficsa S.A. possuía em sua carteira de depósitos a prazo: • Certificados de depósito a prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito no montante de R\$ 168.060 (R\$ 78.101 em 2010). • Certificados de depósito a prazo, decorrentes de habilitação do Banco Ficsa S.A. ao Programa de Aplicação de Recursos do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, no montante de R\$ 39.657 (R\$ 20.937 em 2010), com fluxo de realização vincendo de 60 meses (47 meses em 2010), com exigência de garantia mínima de 110% conforme mencionado na nota explicativa nº 7 (Operações de crédito). Em 30 de junho de 2011 as operações garantidoras montavam a R\$ 50.019 (R\$ 28.984 em 2010) (Nota 7).

13. Obrigações por empréstimo - Empréstimo no exterior: Em 19 de maio de 2011, o Banco captou US\$ 11.000 mil através de recursos externos com a emissão de USD Promissory Notes (Série W) sob o programa da Quেলuz Finance LLP de Participation Certificate Program, com vencimento em 11 de novembro de 2013, sujeito a variação cambial e a juros de 8,5% ao ano, pagos semestralmente. O resumo da movimentação do empréstimo ocorrida no período foi a seguinte:

	US\$ Mil			R\$ Mil		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Valor liberado em						
19 de maio de 2011	11.000	-	11.000	17.746	-	17.746
Juros provisionados no período	-	150	150	-	240	240
Variação cambial	-	-	-	(574)	(6)	(580)
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>11.000</u>	<u>150</u>	<u>11.150</u>	<u>17.172</u>	<u>234</u>	<u>17.406</u>
Parcela a curto prazo	-	150	150	-	234	234
Parcela a longo prazo	11.000	-	11.000	17.172	-	17.172

Com objetivo de mitigar a exposição da variação cambial atrelada a captação de recursos externos, foi negociado junto à BM&FBOVESPA 250 contratos de dólar com vencimento em 01 de julho de 2011, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.b.

14. Instrumentos financeiros derivativos - Passivo circulante: Correspondem à obrigação relativa à compra de ações a termo no montante de R\$ 4.772 (R\$ 5.110 em 2010) bem como obrigação por contratos de opções com ouro (Box) no montante de R\$ 8.958 conforme mencionado na nota explicativa nº 6.b.

15. Outras obrigações - obrigações fiscais e previdenciárias:

	2011	2010
Provisão para imposto de renda	-	456
Provisão para contribuição social	-	281
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 9.1)	2.023	467
Provisão para contribuição social diferida (Nota 9.1)	1.214	281
Provisão para riscos fiscais - Cofins	15.732	8.746
Impostos e contribuições a recolher	1.190	550
Total	<u>20.159</u>	<u>10.781</u>

Provisão para riscos fiscais: COFINS - O Banco participa de processo judicial cuja possibilidade de perda é considerada pela administração e seus advogados como provável, para a qual foi constituída provisão em face do questionamento da constitucionalidade da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. Durante o 1º semestre de 2011, as provisões foram complementadas no montante de R\$ 2.431 (R\$ 1.888 em 2010), e atualização monetária calculada pela variação da SELIC no montante de R\$ 646 (R\$ 278 em 2010), que somadas ao saldo no início do semestre no montante de R\$ 12.655 (R\$ 6.580 em 2010), totalizam R\$ 15.732 (R\$ 8.746 em 2010).

16. Outras obrigações - negociação e intermediação de valores: Estão registradas nesta rubrica: (a) Contrato de empréstimo de ações firmado com parte relacionada ao Banco em 02 de março de 2010 com vencimento para 02 de setembro de 2011. A movimentação ocorrida no período foi a seguinte:

Descrição	Despesas a		
	Principal	apropriar	Total
Saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010	7.240	(26)	7.214
Despesa relativa ao prêmio apropriada no período	-	26	26
Atualização do empréstimo a valor de mercado	(1.602)	-	(1.602)
Saldo atualizado em 30 de junho de 2011	<u>5.638</u>	<u>-</u>	<u>5.638</u>
Saldo atualizado em 30 de junho de 2010	<u>7.648</u>	<u>(15)</u>	<u>7.633</u>

A atualização a valor de mercado foi efetuada com base na cotação das ações objeto, divulgada pela BM&FBovespa na data do balanço. (b) Contrato de empréstimo de ouro firmado com pessoa jurídica não ligada ao Banco em 30 de janeiro de 2011 com vencimento para 30 de janeiro de 2012 cujo resumo da movimentação no período foi a seguinte:

Descrição	Valor
Saldo na data do empréstimo	10.274
Atualização do empréstimo a valor de mercado	463
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>10.737</u>

Parte da quantidade de ouro objeto do empréstimo encontra-se depositada na BM&FBovespa a título de garantia de exigência de margem de operação de opções de ouro (Box) conforme mencionado nas notas explicativas nºs 6.b e 14. A atualização a valor de mercado foi efetuada com base na cotação divulgada pela BM&FBovespa na data do balanço. (c) Valor correspondente a ajuste diário a pagar relativo a operação de mercado futuro no montante de R\$ 137 conforme mencionado na nota explicativa nº 6.b.

17. Outras obrigações - diversas:

	2011	2010
Provisão para passivos contingentes (a)	3.311	3.053
Provisão para perdas com créditos cedidos (b)	9.226	10.142
Provisão para pagamentos a efetuar	6.269	4.285
Credores diversos - País (c)	24.681	10.397
Cheques administrativos	2	601
Total	<u>43.489</u>	<u>28.478</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

(a) A provisão para passivos contingentes foi constituída segundo julgamento da administração do Banco e com base na opinião de seus consultores legais, em montante considerado adequado à cobertura de eventuais perdas. Essa provisão é reavaliada periodicamente, dentre as quais se destacam: **Provisão trabalhista:** são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado. **Provisão para ações de perdas e danos:** o Banco está envolvido em ações de natureza cível, e de acordo com a expectativa da administração e de seus consultores jurídicos com base na análise individual de cada processo, envolvendo, natureza da ação, valor em litígio e risco provável, é estimada com confiabilidade a perda provável e a mesma provisionada. **Provisão para perdas em ações fiscais:** A provisão para perdas em ações fiscais é representada por processos administrativos de tributos federais. Todos os valores pleiteados pela autoridade fiscal são avaliados pela administração do Banco, independentemente da instância ou fase em que se encontram e, como resultado dessa avaliação, é computado o valor em risco para provisionamento. Adicionalmente, no contexto da troca de controle acionário do Banco, homologada em 25 de agosto de 2009, existem depósitos a prazo vinculados no valor de R\$ 2.870, como garantia contratual para cobertura de passivos contingentes acima daqueles já registrados nas respectivas rubricas contábeis, atribuíveis aos acionistas anteriores.

(b) Representada por provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as parcelas vincendas de créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$ 9.226 (R\$ 10.142 em 2010). Os lançamentos contra esta provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as parcelas vincendas dos créditos cedidos são feitos na mesma conta de resultado relativo à contrapartida da provisão para créditos de liquidação duvidosa contabilizada no ativo. A movimentação das provisões constituídas, ocorrida no 1º semestre de 2011 é a seguinte:

Descrição	Ações			Total	PDD créditos cedidos (Nota 8)
	trabalhistas	cíveis	fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	296	1.919	727	2.942	5.145
Complemento de provisão	75	1.657	4	1.736	6.895
Reversão de provisão	(1)	(14)	(731)	(746)	(2.814)
Pagamentos	(73)	(548)	—	(621)	—
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>297</u>	<u>3.014</u>	<u>—</u>	<u>3.311</u>	<u>9.226</u>
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>485</u>	<u>1.853</u>	<u>715</u>	<u>3.053</u>	<u>10.142</u>

(c) Credores diversos representam substancialmente a valores relativos a recebimentos antecipados de créditos cedidos com coobrigação no montante de R\$ 22.100 (R\$ 9.156 em 2010), que serão repassados atualizados aos respectivoscessionários e outros pagamentos a processar/regularizar de R\$ 1.130 (R\$ 22 em 2010).

18. Patrimônio líquido: O capital social, em 30 de junho de 2011 é representado por 1.952.882 ações ordinárias sem valor nominal (1.585.146 em 2010). Foram realizadas as seguintes Assembleias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre os seguintes aumentos de capital: • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2011 que deliberou o aumento de capital em R\$ 12.000, passando de R\$ 58.500 para R\$ 70.500 com emissão de 286.145 novas ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 1 de agosto de 2011 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2010 que deliberou o aumento de capital em R\$ 3.499, passando de R\$ 55.001 para R\$ 58.500 com emissão de 81.591 novas ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 20 de julho de 2011 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). • Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2009 que deliberou o aumento de capital em R\$ 18.000, passando de R\$ 37.001 para R\$ 55.001 com emissão de 418.446 novas ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 6 de dezembro de 2010. Em 30 de setembro de 2011, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas decidiram aumentar o capital em R\$ 8.000, passando de R\$ 70.500 para R\$ 78.500. O valor correspondente ao aumento de capital encontra-se vinculado em títulos junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual após as compensações e deduções previstas na Lei nº 6.404/76. Segundo o Estatuto do Banco, os dividendos poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por juros sobre o capital próprio previstos na Lei nº 9.249/95 e mais disposições pertinentes. A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal deixará de ser constituída no exercício em que seu

saldo acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. Sua utilização é restrita à compensação de prejuízos ou a aumento de capital.

19. Partes relacionadas: A administração identificou como partes relacionadas a Quis Participações S.A. (controladora direta do Banco) e seus administradores, os detentores do capital da Quis Participações S.A. (controladores indiretos do Banco) e seus respectivos sócios e administradores e demais membros do pessoal chave da administração do Banco, bem como de outras partes que possuem influência significativa sobre o Banco, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, consubstanciado pela Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O quadro a seguir apresenta as transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas, em 30 de junho de 2011 e 2010:

	Receitas			
	Passivos		(Despesas)	
	2011	2010	2011	2010
Depósitos à vista				
Quis Participações S.A. - controlador direto	2	6	—	—
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	45	—	—	—
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	225	—	—	—
Depósitos a prazo				
Quis Participações S.A. - controlador direto	3.430	4.216	(198)	(202)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	20.455	29.258	(1.819)	(1.609)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	41.520	32.411	(3.234)	(1.303)
Negociação e Intermediação de valores - Empréstimos de ações				
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	5.638	7.633	1.576	1.280
Prestação de serviços				
Outras partes relacionadas - pessoa jurídica	—	—	2.883	—

De acordo com a legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de empresas controladas, direta ou indiretamente, de seus administradores ou seus familiares. É registrada na rubrica "Despesas de Pessoal" a remuneração paga aos administradores, no montante de R\$ 450 (R\$ 423 em 2010), que compreende, substancialmente, a benefícios de curto prazo. O Banco não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

20. Receita de prestação de serviços: Referem-se substancialmente, a receitas provenientes de tarifas cobradas na realização de operações de crédito.

21. Despesas com serviços de terceiros: As despesas com serviços de terceiros, em 30 de junho de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	2011	2010
Serviços de consultoria	2.902	2.298
Verificação de bens	9.333	2.660
Assessoria de cobrança	3.009	2.737
Cobrança jurídica	1.450	659
Assessoria de crédito e cadastro	14.614	5.200
Honorários advocatícios	864	726
Serviços técnicos especializados	5.357	3.266
Informações cadastrais	1.508	1.071
Alienação de veículos	1.998	1.039
Gerenciamento de arquivo	76	82
Serviços de telemarketing	276	277
Autenticações, reproduções e cópias	131	91
Serviços gráficos	41	86
Comissões	204	101
Outros serviços de terceiros	240	187
	<u>42.003</u>	<u>20.480</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

22. Outras despesas administrativas: As outras despesas administrativas, em 30 de junho de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Processamento de dados	5.133	3.195
Arrendamento de bens	173	156
Serviços do sistema financeiro	2.949	1.592
Transportes	1.202	626
Comunicações	782	573
Aluguéis	275	246
Manutenção e conservação de bens	213	290
Publicações	46	57
Propaganda e publicidade	401	321
Seguros	30	25
Material de escritório e informática	81	381
Depreciações e amortizações	966	309
Água e energia	126	96
Despesas de viagem	369	237
Emolumentos judiciais e cartorários	659	185
Promoções e relações públicas	514	575
Outras despesas administrativas	669	369
	<u>14.588</u>	<u>9.233</u>

23. Outras receitas e despesas operacionais: As outras receitas e despesas operacionais, em 30 de junho de 2011 e 2010, estão assim compostas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas (i)	1.249	1.009
Reversão de outras provisões operacionais	960	173
Juros e variação monetária ativa	568	310
Comissão sobre intermediação de negócios (Nota 19) (ii)	2.883	-
Marcação a mercado de empréstimo de ouro	88	-
Marcação a mercado de empréstimo de ações	450	-
Variação cambial de empréstimo externo	580	-
Outras receitas operacionais	15	1
	<u>6.793</u>	<u>1.493</u>
Outras despesas operacionais		
Provisão para perdas em ações de perdas e danos	1.657	669
Provisão para perdas em ações trabalhistas	75	22
Provisão para contingências fiscais	4	9
Atualização de impostos e contribuições	645	278
Descontos concedidos	655	355
Provisão para perdas sobre rendas a receber	387	-
Outras	39	1
	<u>3.462</u>	<u>1.334</u>

(i) Refere-se à recuperação de despesas de responsabilidade do acionista anterior no montante de R\$ 855 (R\$ 698 em 2010) e recuperações diversas no montante de R\$ 394 (R\$ 311 em 2010). (ii) Refere-se a serviço prestado na assessoria de estruturação de negócios.

24. Resultado não operacional: O resultado não operacional em 30 de junho de 2011 e 2010 refere-se a:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	(597)	(416)
Constituição de provisão não operacional	(810)	(4)
Outras receitas não operacionais	5	183
	<u>(1.402)</u>	<u>(237)</u>

25. Imposto de renda e contribuição social: A demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.106)	10.141
Adições	40.439	19.796
Reversão de exclusão temporária passiva	B 9.381	96
Temporariamente indedutíveis	A 30.968	19.665
Indedutíveis	90	35
Exclusões	(22.850)	(27.262)
Temporárias passivas	B (14.829)	(1.617)
Realização de provisões temporárias	C (8.021)	(25.645)
Lucro real (prejuízo fiscal) apurado no período	(3.517)	2.675
Compensação de prejuízo fiscal (30% do lucro real)	D -	(803)
Base de cálculo (prejuízo fiscal) do imposto de renda	(3.517)	1.872
Imposto de renda calculado à alíquota de 15%	-	(281)
Adicional de imposto de renda (10% sobre excedente a R\$ 120)	-	(175)
Provisão de imposto de renda diferido passivo	ΣB x 25% (1.362)	(381)
Despesa de imposto de renda	(1.362)	(837)
Imposto de renda diferido ativo		
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	ΣA x 25% 7.742	4.916
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal do período	879	-
Realização de ativo fiscal diferido sobre consolidação de débitos Lei nº 11.941	(287)	-
Realização de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	ΣC x 25% (2.005)	(6.411)
Realização de ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal compensado	ΣD x 25% -	(201)
Ativo fiscal diferido - imposto de renda	6.329	(1.696)
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuição social		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.106)	10.141
Adições	40.439	19.796
Reversão de exclusão temporária passiva	B 9.381	96
Temporariamente indedutíveis	A 30.968	19.665
Indedutíveis	90	35
Exclusões	(22.850)	(27.262)
Temporárias passivas	B (14.829)	(1.617)
Realização de provisões temporárias	C (8.021)	(25.645)
Base cálculo (negativa) da contribuição social do período	(3.517)	2.675
Compensação de base negativa da contribuição social (30% da base de cálculo)	D -	(803)
Base de cálculo (negativa) da contribuição social	(3.517)	1.872
Contribuição social à alíquota de 15%	-	(281)
Provisão de contribuição social diferida passiva	ΣB x 15% (817)	(229)
Despesa de contribuição social	(817)	(510)
Contribuição social diferida ativa		
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	ΣA x 15% 4.645	2.950
Ativo fiscal diferido sobre base negativa do período	528	-
Realização de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	ΣC x 15% (1.203)	(3.847)
Ativo fiscal diferido sobre base negativa compensada	ΣD x 15% -	(120)
Ativo fiscal diferido - contribuição social	3.970	(1.017)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010
 (Em milhares de reais)

26. Limites operacionais: Os principais indicadores dos limites operacionais do Banco são os seguintes:

Limites operacionais	Exigência	Situação	Margem (%)
a) Índice de imobilização	39.805	2.399	1.659,23
b) Patrimônio líquido	24.500	79.610	224,93
c) Capital realizado mínimo	24.500	70.500	187,76

Em julho de 2008, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco, conforme Resolução nº 3.490/07, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e legislação complementar. Em 30 de junho de 2011 e 2010, o índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

Adequação de capital	2011	2010
Patrimônio de referência	79.610	75.903
Patrimônio exigido	63.092	59.263
Risco de crédito	59.468	52.338
Risco de mercado	725	36
Risco operacional	2.899	6.889
Margem de capital	15.476	10.253
Índice de Basileia	13,88%	14,09%

27. Gestão de riscos: Risco de mercado: A gestão de risco de mercado do Banco Ficsa está baseada em modelo interno proprietário de Value at Risk paramétrico (V@R), que é processado diariamente consolidando as exposições (carteira banking e trading) e cobrindo todos os fatores de risco de mercado. O cálculo da parcela Rban (risco de mercado de taxas de juros da carteira "banking") é realizado através do sistema de V@R proprietário com "holding period" de 10 (dez) dias. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez em um banco decorre da sua incapacidade de obter recursos necessários para honrar suas obrigações, seja por reduções em seus passivos ou por acréscimos em seus ativos. O gerenciamento do risco de liquidez do Banco busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar. **Risco de crédito:** Para operações de varejo, a instituição conta com uma política de alçadas específica voltada para

aquele segmento. O Banco conta com controles de risco de crédito que permitem monitorar a qualidade da sua carteira, antecipando-se a eventuais problemas que possam ocorrer com seus clientes. **Risco operacional:** Em relação à parcela de alocação de capital para o Risco Operacional, o Banco Ficsa utiliza-se do modelo do indicador básico, segundo Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil (BACEN). **28. Outras informações:** No contexto das operações do Banco, foi procedida no terceiro trimestre de 2011 a análise das reconciliações contábeis e controles internos relacionados, de forma que foram identificados e realizados ajustes aos saldos contábeis, conforme descrito a seguir: (a) Outros Créditos - adiantamentos a fornecedores, relativos à comissão paga a correspondentes pela geração de operações, que de acordo com as condições contratuais, representam parte do custo de originação de operações. Considerando a situação específica de cada contrato, o valor identificado baixado como despesa foi de R\$ 1.055, que líquido do efeito tributário representa um ajuste ao resultado de R\$ 633; (b) Outros Créditos - diversos - adiantamentos por liberação antecipada de empréstimos consignados. De acordo com as análises e reconciliações da conta, foi identificado um ajuste relativo a pendências não regularizadas, registrados como despesa, totalizando R\$ 783, que líquido do efeito tributário monta a R\$ 470; (c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, que em virtude de erro operacional gerou a apropriação de receitas a menor no montante de R\$ 832, que líquido do efeito tributário totaliza R\$ 499; (d) Bens não de uso próprio, Incentivos fiscais e Contingências passivas, para os quais as análises das composições analíticas das contas, assim como da documentação suporte correspondente indicou a necessidade de complemento às provisões já contabilizadas, totalizando R\$ 1.219, que líquidos dos efeitos tributários totalizam R\$ 731; (e) Reversão de ganhos decorrentes de recompras de cessões de crédito que haviam sido contabilizados como receitas nas datas das cessões de crédito, no montante de R\$ 3.601, que líquido do efeito tributário monta a R\$ 2.161, que por suas características específicas, forneciam evidência de condições existentes na data das demonstrações financeiras. Todavia, a administração, contabilizou no terceiro trimestre de 2011 o ajuste total de R\$ 5.566 de redução dos ativos, R\$ 260 como complemento do passivo, em contrapartida de despesa de R\$ 5.826 (R\$ 3.496 líquido do efeito tributário), com o mesmo efeito como redução do patrimônio líquido. Adicionalmente, está em andamento a revisão sobre a projeção de realização dos créditos tributários (nota 9.1), sendo que até o momento não identificamos indicativos sobre a necessidade de provisão sobre os referidos ativos. Nesse mesmo contexto, visando a preservação do patrimônio líquido do Banco, os acionistas aumentaram o capital social em 30 de setembro de 2011 no valor de R\$ 8.000, estando esse aumento sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA

Valéria I. Rodrigues Uccella - Contadora CRC 1SP 195657/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Ficsa S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ficsa S.A. - "Instituição" que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Observamos os seguintes aspectos em nossos trabalhos:

(a) Conforme mencionado em mais detalhes na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a administração procedeu a análises e à contabilização no terceiro trimestre de 2011 dos seguintes ajustes: (i) Baixa de Outros Créditos em contrapartida de despesa no montante de R\$ 1.838 mil; (ii) Apropriação complementar

de receita financeira de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no montante de R\$ 832 mil; (iii) Complemento de provisão para perdas de Bens não de uso próprio, Incentivos fiscais e Contingências passivas no montante de R\$ 1.219 mil; (iv) Reversão de ganhos decorrentes de recompras de cessões de crédito que haviam sido contabilizados como receitas nas datas das cessões de crédito, no montante de R\$ 3.601 mil.

Embora a contabilização dos ajustes acima mencionados, conforme descrito na referida nota explicativa, tenha sido realizada no terceiro trimestre de 2011, tendo em vista a natureza dos mesmos e o fato de proporcionarem evidências de condições existentes na data das demonstrações financeiras, deveriam ter sido registrados no semestre findo em 30 de junho de 2011, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, em 30 de junho de 2011, o ativo está apresentado a maior em R\$ 5.566 mil, o passivo está apresentado a menor em R\$ 260 mil, o patrimônio líquido está apresentado a maior e o prejuízo do semestre está apresentado a menor em R\$ 3.496 mil, respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.

(b) Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9.1 e nº 28, em 30 de junho de 2011 estão registrados créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 24.365 mil. Todavia, a administração da Instituição verificou a necessidade de revisar a projeção de realização desses créditos tributários. Em função do estágio dos correspondentes trabalhos, não é possível neste momento concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo (a) e pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo (b) no item "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ficsa S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 10 de outubro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3